



## Ó PÁTRIA AMADA, SALVE, SALVE: REFLEXÕES SOBRE NAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E JUVENTUDE BRASILEIRA

Carlos Eduardo da Silva Moraes Cardozo<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo pretende uma reflexão teórica que articula o conceito de nação descrito por Benedict Anderson com o fenômeno social, que se identifica entre as juventudes contemporâneas, dada a partir da reconfiguração e reterritorialização dos jovens brasileiros e sua articulação com sua “presença” nas esferas das redes sociais. A reflexão que brota dessa intersecção conceitual nos aponta uma interessante abordagem para pensar o conceito de nação, com isso a identidade nacional e o envolvimento político social, que emerge no mundo contemporâneo. Essa “presença” dos jovens brasileiros nas redes sociais reconfigura espaços, tempos e territórios e, conseqüentemente, seu sentido de pertença à nação.

**Palavras-Chave:** Nação. Identidade nacional. Juventude. Redes sociais.

### 1. Introdução

Certo dia andando pelo metrô, da cidade do Rio de Janeiro, observo ao meu redor uma cena do cotidiano que me causa espanto: todos os jovens, todos mesmo, estavam com seus *i-phones* ou celulares conectados, dentre outras coisas, em redes sociais, sobretudo, no facebook. Mudando o cenário, a mesma cena se repete, fui me dando conta que esta cena era cada vez mais comum e estava presente seja nos bares, na fila de espera do cinema, nos parques, jovens e mais jovens conectados em redes sociais mesmo com pessoas presentes ao seu lado. Os dedos não param. Deslizam sem parar pela tela do “*touch screen*” e curtem fotos, compartilham idéias, deletam comentários indesejados, vêem e são vistos.

Essa “*i-phonização*” da cultura juvenil no Brasil ganha outros contornos ao se refletir esta questão com o tema das culturas, identidade e o sentido de estado e nação entre os jovens brasileiros.

Com isso, o presente artigo pretende uma reflexão teórica que articula o conceito de nação descrito por Benedict Anderson com o fenômeno social, que se identifica entre as

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGCS-UFRRJ. E-mail: cadunew@yahoo.com.br

juventudes contemporâneas, dada a partir da reconfiguração e reterritorialização dos jovens brasileiros e sua articulação com sua “presença” nas esferas das redes sociais. A reflexão que brota dessa intersecção conceitual nos aponta uma interessante abordagem para pensar o conceito de nação, com isso a identidade nacional e o envolvimento político social, que emerge no mundo contemporâneo.

O percurso analítico constituído aqui neste artigo tem como ponto de partida uma obra de referência nos estudos de nação e nacionalismo: “Comunidades Imaginadas” de Benedict Anderson (2008). Com base nesta obra, realizei uma pesquisa bibliográfica que teve o mérito de expandir a rede de sentidos e significados em cada uma das perspectivas aqui confrontadas com aspectos identificados como relevantes em cada um dos conceitos implicados. Algumas questões que surgiram no percurso nos indicaram desdobramentos em outras áreas do conhecimento, como a geografia cultural, tornando esse empreendimento mais enriquecedor do que havia imaginado no início deste trabalho.

Assim, é possível identificar entre a juventude contemporânea uma resignificação do sentido de pertença à nação, sinalizando um fenômeno social mais profundo, que se revela por uma nova configuração do conceito de nação entre os jovens a partir de uma identidade nacional cambiante e, em muitos casos, desterritorializada. Assim, o conceito de desterritorialização, em sua compreensão contemporânea, permeará a discussão como forma de compreensão de algumas práticas juvenis.

## 2. Pensando o conceito de nação

Podemos pensar a nação, *de per se*, como um sistema classificatório, através do qual se evidenciam categorias que ligam, imediatamente, o Estado a seus membros e estes entre si. O território e a língua são categorias que sustentam um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros de uma nação, assim como a ideia de uma “tradição cultural” comum. Essa ligação realiza-se através de representações simbólicas, ou como afirma Benedict Anderson através das comunidades imaginadas<sup>2</sup>. O conceito de nação desenvolvido por Anderson propõe uma análise dos sistemas culturais que precederam o aparecimento do nacionalismo em fins do século XVII. As comunidades religiosas e o reino dinástico estabelecem seus laços referenciais pelos quais as comunidades eram imaginadas antes das nações modernas, através das línguas sagradas e de um sistema político único (a monarquia).

---

<sup>2</sup> Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

São, no entanto, a decadência do latim e da legitimidade da monarquia, a expansão comunicativa das línguas vulgares, assim como uma nova concepção de tempo – o qual permite a ideia de simultaneidade transversal e não mais longitudinal - os fatores que propiciam a ideia de “um organismo sociológico”, de uma nação. O aparecimento do jornal e do romance fortalece essa nova maneira de imaginar o mundo: a imprensa possibilita, dessa forma, a comunicação em massa e a consciência do extenso e diversificado campo linguístico existente, o que Anderson classifica como “o embrião da comunidade nacionalmente imaginada”<sup>3</sup>. Assim, a nação imaginada é limitada e também soberana, pois o poder de liberdade depende do Estado, o que antes era atribuído a religião (2008, p. 38).

Partindo dessas considerações, o nacionalismo e seus produtos culturais comungam através da língua, a qual não é o símbolo de uma nação, mas o modo pela qual ela é imaginada. Enquanto a nação é um sistema classificatório que define as relações entre o Estado e seus membros e estes entre si, o nacionalismo é a utilização do símbolo “nação” para a realização de um projeto político, o que, segundo Hobsbawm (2011, p.172) o fundamenta. Como um discurso homogeneizador dos sentidos da nação, o nacionalismo controla os sentimentos que unem e diferenciam determinados grupos entre si.

Tendo como ponto de partida a abordagem que concede atenção particular as transformações do conceito, Hobsbawm delimita sua posição<sup>4</sup>. Utiliza o termo nacionalismo como fundamental para o sustento da unidade política e nacional; a nação não vem antes do Estado e do nacionalismo, estes é que geram a nação. A questão nacional está ligada aos estágios econômicos e tecnológicos. Utiliza um princípio de dualidade, o alto como o governo, os ativistas dos movimentos nacionalistas, e o do baixo, formado pelas pessoas comuns, que são envolvidas em propagandas, e por último, ele segue a divisão que Hroch (apud HOBBSAWM, 2011, p. 21) faz dos movimentos nacionais: fase a) puramente cultural, fase b) política, e fase c) sustentação de massa.

Hobsbawm considera os anos 1918 e 1950 como anos do apogeu do nacionalismo, pois foi o final da Primeira Guerra oferece uma excelente oportunidade para compreender as limitações e o potencial da nacionalidade e de estado-nação. Ele “destaca que as economias nacionais têm sido questionadas por uma nova divisão internacional do trabalho que inclui organizações supranacionais acima do controle dos governos causando novos problemas relacionados a nacionalidade”<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Ibid. p. 54

<sup>4</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e terra, 2011.

<sup>5</sup> Ibid. p. 54, p. 162.

Esses conceitos empreendem pensar, sobretudo, que o modo como o conceito de nação ou os ideais de nação são desenvolvidos impactam diretamente sobre a produção de identidades nacionais. É importante delimitar bem tais conceitos para nos ampliar a visão concernente a juventude brasileira.

### 3. Nação e Identidade Nacional

As culturas nacionais não devem ser pensadas somente como sistemas unificados, mas como sistemas constituídos por divisões profundas calcadas em diferenças, sejam elas, étnicas, sociais ou culturais. Por isso, é preciso pensar num conjunto que emerge com a reflexão do conceito de nação e suas representações e, como se dão no bojo da nação, as identidades nacionais.

A representação da cultura nacional dá-se por um sistema simbólico significativo, o qual podemos chamar de processo cultural, capaz de estabelecer identidades a partir de “relações de poder”. O simbólico e as relações inconscientes são de grande importância para o processo de formação da subjetividade, quando o papel do outro esta sempre presente. Assim, a identidade cultural e o resultado de uma “costura” das diferenças através de formas diversas de poder cultural. Esse poder cultural está, assim, ligado a identidade e a diferença através da representação.

Stuart Hall<sup>6</sup> aborda as transformações que o conceito de identidade cultural vem sofrendo de acordo com as mudanças estruturais da sociedade, principalmente com o processo de globalização, salientando o afrouxamento dos laços imaginários que ligam o sujeito a determinado território e cultura nacional ao longo da história. Apesar da força narrativa da nação, através do poder cultural, fica cada vez mais difícil pensar a nação como um sistema de representação homogêneo, produtor de identidades unificadas.

A narrativa da nação enunciada nas literaturas, nas histórias nacionais, constroem imagens recorrentes de uma tradição, possibilitando a formação de uma identidade nacional marcada pelos mitos de origem. Edward Said<sup>7</sup> aborda essa invenção de uma tradição nacional, salientando a elaboração das imagens puras através do esquecimento de elementos culturais indesejáveis. A partir das leituras e reinterpretções de Eric Hobsbawm, Said mostra como as imagens da civilização grega, ao longo do século XIX, foram remodeladas como berço da cultura ariana, apagando seu passado híbrido de raízes semitas e africanas. Igualmente aconteceu com as imagens da autoridade europeia, e

---

<sup>6</sup> HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. 11.ed.

<sup>7</sup> SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

também com os povos colonizados, os quais tiveram seus passados remodelados através de rituais, cerimônias e tradições inventadas (1995, p.46-47). Said enfatiza, dessa forma, “o poder de mobilização das imagens e tradições apresentadas e seu caráter fictício ou, pelo menos, fantasiosamente tingido de cores românticas” (1995, p. 48).

Assim, percebemos que a tradição age como estratégia de unificação entre um passado historicizado (seletivo), as vezes mítico, e um presente ativo para a construção de uma identidade nacional. A tradição exerce suas forças a favor de uma hegemonia cultural (1995, p. 111-123), fundamentando a identificação entre os membros de uma nação. Williams<sup>8</sup> critica o pensamento cultural marxista que entende a tradição como uma superestrutura, um segmento inerte ligado somente ao passado. Ao contrário disso, define tradição como uma força ativa e modeladora do presente, salientando sua ação radicalmente seletiva. A tradição não deixa de ser um processo de seleção daquelas práticas e significados que se quer conservar a favor de um interesse de dominação de determinada classe. Nas palavras de Raymond Williams:

O que temos, então, a dizer sobre qualquer tradição e que nesse sentido ela é um aspecto da organização social e cultural contemporânea, no interesse do domínio de uma classe específica. É uma versão do passado que se deve ligar ao presente e ratificá-lo. O que ela oferece na prática e um senso de continuidade predisposta<sup>9</sup>.

Portanto, a identidade nacional é dependente desse sistema unificador das representações culturais, o qual é negociado no interior das culturas através das tradições. A necessidade de afirmação de uma identidade nacional vincula-se a uma ideia de preservação e pertencimento.

Benedict Anderson atrela a origem do conceito de nação, em grande parte, ao sucesso do capitalismo editorial, surgida no século XVI. O autor agrega um valor grande à edição, impressão e distribuição do jornal na formação da consciência coletiva da nação pela possibilidade da percepção do tempo enquanto simultaneidade e identificação do indivíduo numa comunidade imaginada.

No mundo contemporâneo temos assistido a uma “crise do jornalismo impresso” que, de acordo com Meyer<sup>10</sup>, é caracterizada por dois principais fatores: a redução de circulação e do número de leitores e a queda de participação dos jornais no total do dispêndio publicitário em meios de comunicação. Essa crise está sendo causada, sobretudo, pela incorporação do espaço virtual como espaço de divulgação de conhecimentos, notícias e, também, como *locus* de socialização, sobretudo, das novas gerações, os jovens.

<sup>8</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>9</sup> *Ibid*, p. 119.

<sup>10</sup> MEYER, Philip. *Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação*. São Paulo: Contexto, 2007.

#### 4. Redes sociais e crise do jornal impresso

A Web 2.0<sup>11</sup> significa, por princípio, interatividade, e, como consequência, geração de conteúdo também pelo usuário. Isso significa que o leitor, aqui entendido como sujeito internauta, também mudou.

Observam-se também alterações sociais, com um novo perfil de usuário telespectador em tempos de cibercultura e cibersociedade. A personalização da fruição informativa torna-se plenamente possível através dos agregadores de conteúdo e de ferramentas como RSS, que canalizam diretamente para as telas e caixas-postais dos usuários apenas notícias sobre os assuntos que lhes despertam interesse. Neste caso, compete ao leitor a função de “atualizar”, tradicionalmente associada com os profissionais da imprensa.

São práticas e tendências que demonstram que o Brasil desponta no cenário mundial como destaque nesse mercado web 2.0. É uma ruptura do predomínio do polo de emissão, com um impacto que vai além da inclusão de um novo suporte e meio de distribuição. É um cenário que se descortina propiciando uma ampla discussão sobre os preceitos de comunicação de massa e de jornalismo massivo, a luz do crescimento exponencial das redes sociais.

Cenário diverso constata-se nas mídias e redes sociais, onde o Brasil é expoente mundial, líder em tempo de navegação domiciliar, na leitura diária de blogs e na atualização de páginas de redes sociais.

Segundo o Ibope/NetRatings<sup>12</sup>, os brasileiros lideram o tempo de navegação domiciliar desde 2005 (aproximadamente 24 horas mensais), em leitura diária de blogs (52% contra 31% da média mundial), atualização de páginas de redes sociais (57% contra 31% da média mundial), além de uploads de vídeos (68% dos internautas brasileiros já realizaram uploads). A pesquisa evidencia que de cada dez internautas brasileiros, oito utilizam redes sociais. O relatório de março de 2009 conclui ainda que as redes sociais e os blogs estão em quarto lugar no ranking de popularidade da Internet, à frente, inclusive dos serviços de e-mail<sup>13</sup>.

Estima-se que da receita total dos grandes jornais apenas 25 % sejam custeados pelos leitores, entre vendas avulsas e assinaturas. O restante cabe à publicidade comercial (50%) e aos classificados (25%). No caso específico dos impressos, a participação no total das

<sup>11</sup> Termo cunhado por Tim O'Reilly, em 2004, referindo-se à interatividade e a colaboração participativa propiciada pela segunda fase dos aplicativos, ferramentas e sites disponibilizados na Web.

<sup>12</sup> Disponível em [www.b2bmagazine.com.br/web/interna.asp?id\\_canais=digital](http://www.b2bmagazine.com.br/web/interna.asp?id_canais=digital). Acesso em 4 ago. 2012.

<sup>13</sup> Nas primeiras colocações, estão os buscadores, portais e, em terceiro lugar, serviços de download de software.

verbas alocadas nos diversos suportes baixou de 28% em 1995 – início do webjornalismo no Brasil – para 15%, em julho de 2009<sup>14</sup>.

Para Meyer (2007), o formato da notícia-factual, disponibilizando na manhã seguinte o que televisão, rádio e Internet já deram ao longo de todo o dia anterior, pode ter se rompido para os jornais impressos, levando à busca de nova identidade para o jornalismo praticado em papel.

Essa crise dos jornais impressos atropelados pela interatividade das redes sociais tem um impacto impressionante na vida dos jovens brasileiros.

A CISCO<sup>15</sup> divulgou os resultados da edição 2011 do estudo Connected Technology World Report. Realizada em 14 países, com adolescentes e jovens, de 14 a 30 anos, a pesquisa mostra como esse público se conecta à tecnologia. Entre os resultados: muitos dos entrevistados revelaram que seus celulares são mais importante tecnologia das suas vidas; 70% dos que trabalham se tornaram “amigos” dos seus chefes e colegas de trabalho no Facebook; dois em cada cinco estudantes não compraram um livro físico (exceto escolares) nos últimos dois anos; e, como era de se esperar, a maior parte dos participantes, 92% dos participantes, revelaram ter uma conta no Facebook e checam pelo menos uma vez por dia.

Entre os brasileiros, três em cada cinco entrevistados disseram que a internet passou a ser tão necessária quanto água, comida e moradia. Espantosamente, 72% dos universitários do país preferem navegar na internet a namorar, ouvir música ou até sair com os amigos. Entre os que trabalham, 75% afirmaram não conseguir viver sem internet. Isso vem revelando grandes mudanças de paradigma no comportamento da juventude brasileira como aprofundaremos a seguir.

## 5. Juventude, redes sociais e desterritorialização

O sociólogo italiano Alberto Melucci<sup>16</sup> afirmou que os jovens são a ponta de um iceberg que, se compreendida, pode explicar as linhas de força que alicerçarão as sociedades no futuro. Hoje, os jovens possuem um campo maior de autonomia frente às instituições do denominado “mundo adulto” para construir seus próprios acervos e identidades culturais. Há uma rua de mão dupla entre aquilo que os jovens herdaram e a

<sup>14</sup> Pesquisa consolidada de julho/2009 do Projeto Intermeios. Disponível em [http://www.projetointermeios.com.br/relatorios/rel\\_investimento\\_3\\_0.pdf](http://www.projetointermeios.com.br/relatorios/rel_investimento_3_0.pdf). Acesso 25 jul 2012.

<sup>15</sup> Disponível em <http://www.cisco.com/en/US/solutions/ns341/ns525/ns537/ns705/ns1120/CCWTR-Chapter1-Report.pdf>. Último acesso em 12 de agosto de 2012.

<sup>16</sup> MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Juventude e Contemporaneidade - Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, ANPED, p. 9, 1997. e MELUCCI. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais. Este maior campo simbólico que os jovens possuem para se fazerem sujeitos, a partir de escolhas não determinadas pelos adultos e pelas instituições, é fonte de muita tensão nos ambientes familiares e escolares<sup>17</sup>.

Ao longo dos últimos 15 anos, no Brasil, o tema da juventude vem ganhando relevo e destaque em diferentes âmbitos da vida social e especialmente nos estudos acadêmicos. Nos meios de comunicação, assistiu-se ao surgimento de novos veículos de informação (páginas na internet e revistas, por exemplo) voltados para o tema, algumas importantes matérias e programas foram realizados e lançaram luz sobre problemas sociais que afetam os jovens (tais como o desemprego, a violência e a dificuldade de acesso à educação de qualidade). A pluralidade de identidades juvenis nos territórios das cidades também ganhou destaque nas mídias. Jornais e revistas abriram espaços para cadernos e seções *teens*, programas de TVs foram criados – ao estilo MTV – pensando no público jovem, ou ao menos em torno de determinadas representações dominantes sobre os jovens. Rádios jovens – não necessariamente “feitas” por jovens – ocuparam mais espaços no cenário cultural e comercial voltando-se para o “segmento” jovem consumidor dos produtos diretos e indiretos da indústria fonográfica.

No âmbito das ciências sociais, vários estudos têm contribuído para ampliarmos nossa compreensão sobre o ciclo de vida que chamamos de juventude<sup>18</sup>. Abordagens teóricas e investigações de base empírica permitem que tomemos contato tanto com a diversidade de formas e conteúdos culturais produzidos, como também com os processos que configuram condições desiguais de acesso a bens culturais e simbólicos que limitam a capacidade de expressividade cultural dos jovens e das jovens no Brasil e no mundo.

Uma das limitações para o entendimento sobre o real significado da vida na juventude está na insistência de muitos em considerar os jovens apenas como sujeitos da transição para a vida adulta. Nesta perspectiva, o tempo da juventude passa a ser tão somente um momento de espera e preparação para a vida pra valer que é o “ser adulto”.

---

<sup>17</sup> Cf. CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. *REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos*, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

<sup>18</sup> Dentre os autores mais significativos, cito as obras: BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121. PAIS, J. M. Buscas de si: expressividades juvenis. In: *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Maria Isabel Mendes de Almeida, Fernanda Eugenio (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 7-24. NOVAES, R. *Jovem brasileiro, quem é ele? Palestra no evento Juventude, participação e cidadania: que papo é esse?* IBASE, 2007. (Acessado na internet [http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave\\_artigo.asp?cod\\_artigo=3189](http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=3189), em 02/07/2012). PERALVA, A. e SPOSITO, M. P. (orgs.) *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, Anped, ns. 5/6, 1997. p. 37-52. ABRAMO, Helena W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: 2005, pg. 37-72.



As representações que enxergam os jovens enquanto sujeitos da falta (apenas seres em transição para a vida adulta), ou como “sujeitos problemas”, criam barreiras efetivas para reconhecer os jovens como indivíduos autônomos, ainda que em formação, como sendo capazes de criar, de utilizar de maneira saudável o corpo, o tempo livre e produzir cultura.

Uma perspectiva interessante que surge nos estudos está no reconhecimento de que a juventude não é uma fase homogênea, mas que existem diferentes percursos de chegada à idade e trajetórias múltiplas de vivência dos espaços e tempos da juventude. Prestar atenção nestes muitos modos de viver a juventude é uma das chaves para a compreensão dos jovens como sujeitos coletivos que se expressam em distintos grupos culturais juvenis.

Para fugir das homogeneizações, é preciso reconhecer os distintos modos de inserção dos jovens na vida social e cultural, que estão caracterizados pela diversidade de sociabilidades. A juventude, enquanto geração, surge “socialmente dividida em função de seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações” (PAIS, 2006, p. 33). Compreender a juventude é também reinterpretá-la a partir de outros referenciais distintos daqueles dominantes, que tendem a perceber apenas homogeneidade e aspectos problemáticos no “mundo jovem”. Desse modo, o convite que fazemos é para a compreensão da juventude como um conceito em aberto, que necessita ser permanentemente inventariado pela busca da identificação e da interpretação dos símbolos que emanam das experiências culturais juvenis.

Esta busca por novos modos de enxergar os jovens e a juventude pode nos permitir reconhecer não apenas a diversidade cultural, mas também formas desiguais de acesso e apropriação de bens materiais e simbólicos. Se quisermos compreender o que é ser jovem e como se vive a juventude hoje devemos estar atentos aos próprios jovens, uma vez que só quem é jovem sabe o que é viver a juventude (NOVAES, 2007). Podemos interpretar este “saber” no sentido de sabor, ou seja, de provar, experimentar corporalmente. Assim, é preciso criar estratégias para entender os jovens a partir deles mesmos: sobre como enxergam a sociedade que o mundo adulto lhes apresenta, sobre quais valores organizam o seu agir individual e coletivo, sobre os significados ocultos que organizam as identidades que se expressam em seus corpos e em suas páginas de relacionamos virtuais. São nestes “espaços” que a criatividade juvenil demonstra sua vitalidade, driblando as barreiras materiais da falta de infra-estrutura material, da ausência de apoio para práticas culturais e das múltiplas violências físicas e simbólicas que se manifestam, principalmente, nas periferias das cidades e que têm, na maioria das vezes, os jovens como alvos.

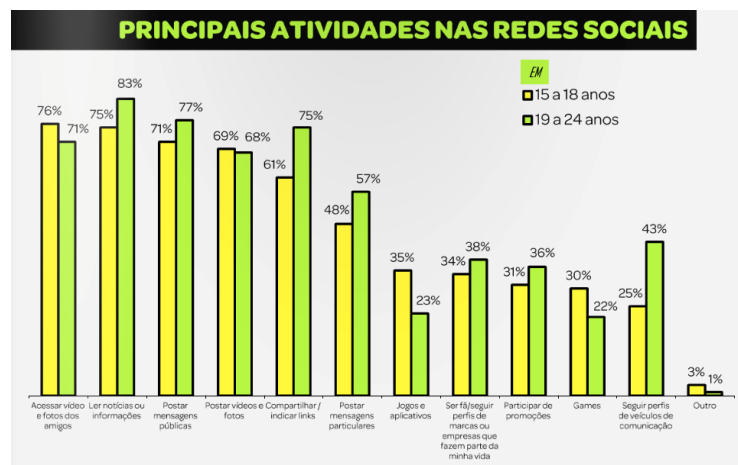
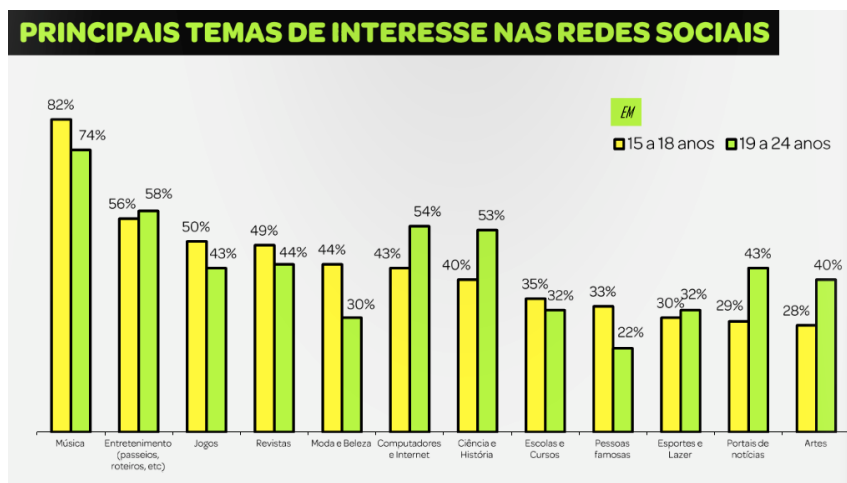
Segundo Willis,

as mídias culturais onipresentes da era eletrônica fornecem um leque de recursos simbólicos que são um poderoso estimulante para o trabalho simbólico e criativo dos jovens. (...) Os jovens não apenas aprenderam seus códigos, mas aprenderam

a recriar formas, a inter-relacionar a mídia com sua própria estética de base. Eles acrescentam e desenvolvem novos significados. Os jovens são os mais sofisticados leitores da mídia de todos os grupos da sociedade<sup>19</sup>.

O Núcleo Jovem investigou a fundo os jovens brasileiros de 15 a 24 anos que utilizam redes sociais, resultando em um estudo<sup>20</sup> bem interessante e atualizado. As redes sociais fazem parte da vida do jovem de uma forma tão intensa que 10% ou mais deles não conseguiriam ficar sem acessar as redes e cerca de 10% só conseguiria ficar desconectado por um dia. Estes ambientes são importantes para os jovens porque é neles que os jovens se atualizam e interagem com os seus pares.

Abaixo seguem dois gráficos que apresentam os temas de interesses e as principais atividades nas redes sociais. Com isso, é possível identificar que há um novo pertencimento nesses espaços.



<sup>19</sup> Willis, 1990, p. 30. Apud Orofino, 2005, p. 132.

<sup>20</sup> Esta pesquisa foi realizada em 2011 com jovens de 15 a 24 anos, com um universo de 1211 participantes, realizada via web pela Editora Abril. Pesquisa completa pode ser encontrada em <http://issuu.com/njovem/docs/sondagemredessociais>. Último acesso em 28/07/2013.

Interessante observar que “ler notícias e atualizar-se” aparece em primeiro lugar como principais atividades nas redes sociais, sendo que aparece aqui o maior percentual de jovens de 19 a 24 anos com 84%. Isso constata as considerações do Meyer (2007) sobre a crise do jornal impresso. As novas gerações têm outros canais de estar conectados aos fatos, não pela via do tradicional jornal impresso. Interessante notar que “acessar vídeo e foto dos amigos” aparece em segundo lugar. Revela que as redes sociais são esses novos espaços de socialização e construção de relações interpessoais.

Isso implica ainda outra consideração importante na reflexão que nos propomos a fazer. No início do artigo lembramos Said (1995) e a reflexão que ele faz sobre a memória na construção das identidades nacionais. Hoje, observa-se, com esses acessos, uma grande mobilidade dos jovens no que tange a relação com o passado e o presente. Torna-se mais fácil, e até aconselhável, “apagar o histórico” da trajetória do internauta pela rede.

O conceito de sociabilidade enquanto “forma lúdica de sociação” (SIMMEL, 2006, p.65)<sup>21</sup>, no sentido de uma categoria sociológica, nos possibilita vê-la engendrada pelas juventudes no espaço virtual como um jogo em que se fazem presente interesses diversos (vide os gráficos acima), como “sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, causais ou teleológicos”, perfilando “a base da sociedade humana”, conforme Simmel (2006, p.61).

Essa eclosão de mecanismos que possibilitam falas e encontros de maneira instantânea gera sociabilidades até então desconhecidas. Se fora da rede precisa-se marcar encontros físicos, em lugares específicos, tangíveis, para haver uma interação social legítima, com o advento dessa tecnologia, o mesmo encontro pode ser feito em qualquer lugar, a qualquer hora. Encontrar independe estar, ou melhor, de onde se está.

Nas palavras de Lévy<sup>22</sup>, isso se chama desterritorialização da própria presença, e atual geração de jovens apresenta essas características de não pertencimento geográfico. Assim, tanto a configuração espaço-temporal quanto as concepções de mundo são afetadas pelas redes sócias.

No argumento de Anderson (2008) nação está relacionado intrinsecamente com imprensa. A imprensa mudou significativamente seu papel social com a disseminação das redes sociais. Logo, isso acarreta efeitos sobre a construção dos ideais de nação e, portanto, de identidade nacional. Neste momento de nossa reflexão, faz-se necessário definir bem como essa inserção vai impactando sobre desterritorialização e identidade nacional dos jovens brasileiros neste contexto.

---

<sup>21</sup> SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

<sup>22</sup> LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

## 6. Construção e desconstrução de territórios

O território constitui-se em um dos conceitos-chave da ciência geográfica, tendo surgido na geografia para designar o espaço apropriado por um determinado grupo social<sup>23</sup>, coincidindo com a consolidação dos Estados-nação. Esta concepção de território fez com que por muito tempo o mesmo fosse identificado com o território nacional, que deveras nasceu com base na noção de território. Contudo, as novas configurações exigem uma revisão do termo, transformando o território em uma categoria de análise muito além dos limites dos Estados-nacionais.

Para Tuan (apud SOUZA, 2001) o território sugere uma apropriação simbólica, na qual estão intrínsecos valores relativos à identidade do indivíduo que estabelece um vínculo afetivo com o lugar. A esta concepção de território dá-se a denominação de topofilia. Em consonância Mesquita<sup>24</sup> faz alusão à territorialidade como projeção da identidade do indivíduo, possuindo o território uma significação individual e social que abrange desde sentimentos de pertencimento a um lugar até o uso político do território:

[...] a territorialidade que comumente vivenciamos assume, tenhamos ou não consciência disso, feições de uma territorialidade familiar, quando no território atualizamos pela nossa identidade com ele, antigos sentimentos de emulação, competição ou solidariedade vividos no território familiar. Pode assumir também uma feição sintetizada como territorialidade senhorial quando se atualizam e expressam raízes de posse [...] fundamentando não só o sentimento de pertença territorial, como ainda condutas direcionadas a um uso político do território. Esta territorialidade senhorial freqüentemente vale-se de [...] uma identidade contrastiva em que os outros são os diferentes que não pertencem ao nosso território, mesmo que este "nosso" não configure uma propriedade coletiva, mas apenas de alguns [...].<sup>25</sup>

Porém, como coloca Claval<sup>26</sup>, a identidade dos grupos sociais já não é mais fundamentada exclusivamente no território. Por conseguinte o território não possui apenas significação simbólica, ele é essencial à sobrevivência do grupo social que o apropria. O contexto que estamos analisando da juventude brasileira inserida nessas redes sociais, este conceito aplica-se bem, pois a construção das identidades juvenis passa também por espaços não apenas territórios físicos.

<sup>23</sup> SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

<sup>24</sup> MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/UNISC, 1995, p.76-92.

<sup>25</sup> MESQUITA, 1995, p.86

<sup>26</sup> CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

Para Haesbaert<sup>27</sup> território é resultado da interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço e o controle deste espaço. Não obstante, as relações de poder mencionadas abarcam tanto as relações de dominação, quanto às de apropriação, pois conforme o autor, o território não é unicamente político, nem apenas econômico ou cultural e nem mesmo somente natural.

O autor entende a construção dos territórios como a “[...] imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”<sup>28</sup>.

Segundo Haesbaert a desterritorialização indica o enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, como a mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais ou informações. O autor destaca ainda que a desterritorialização pode ocorrer na imobilidade. Justifica sua argumentação no fato de que os limites e as relações sociais de um determinado território podem não ser definidos pelo grupo que o apropria, mas por outro grupo que o domina.

A desterritorialização pode supor, por conseguinte, tanto a exclusão do grupo que anteriormente apropriava aquele espaço, quanto o “[...] desenraizamento daqueles cuja cultura foi arrasada [...]” (HAESBAERT, 2004, p.31). Em contrapartida, o processo de desterritorialização já traz em seu bojo o processo de reterritorialização, que sugere a incorporação de novos territórios, ou seja, a construção de uma nova territorialidade por parte do grupo desterritorializado.

Já Raffestin<sup>29</sup> discute estes conceitos inclusos no que denomina de "ecogênese territorial" - entendida como um processo de tradução e transformação das formas espaciais a partir de uma esfera semiotizada (semioesfera), ou seja: um processo de semiotização do espaço, causado pela rapidez da informação que responde pelo desaparecimento de centro e periferia uma vez que ela hoje homogeneiza o invólucro espaço-temporal.

Ele considera que no passado, na ecogênese territorial dos países ditos desenvolvidos, os territórios materiais concretos eram amplamente "regionalizados", ou seja, a regulação intra-societária ainda fazia sentido. Nessas condições a territorialidade era ainda marcada, pelo menos em parte, por relações que faziam dos lugares fontes de identidade. Em suas palavras: "Havia uma coerência entre território e territorialidade porque havia uma

<sup>27</sup> HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 2. ed.

<sup>28</sup> Ibid, p.79.

<sup>29</sup> RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

coerência entre a ação de uma sociedade e a semiosfera a qual ela se referia. Esta relativa unidade se estilhaçou e o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização não é mais regulado do interior, mas do exterior. A territorialidade é menos "especializada" que "temporalizada" porque ela é comandada pela modernidade em que 'a moda é o emblema' (Raffestin, 1993, p.8). E porque não dizer, ente os jovens, também, a vida nas redes sociais. Ora, a modernidade se elabora somente em alguns lugares que dispõem dos meios virtuais de uma difusão ultra-rápida. O território concreto tornou-se menos significativo que o território informacional em matéria de territorialidade. Também, há surgindo um novo modo de construção das identidades nacionais entre os jovens. Esses fenômenos nos fazem reler também os conceitos clássicos de nação, identidade nacional e conseqüentemente, de território.

## 7. À Guisa de Conclusão

Que reflexões podem suscitar o que foi até aqui exposto? Em resumo, neste trabalho a proposta foi de examinar conceitos subjacentes às raízes de nação, identidade nacional e territorialidade, discutindo as posições de alguns autores clássicos e contemporâneos. Apresentou-se ainda a inserção dos jovens no Brasil nas redes sociais como um exemplo em que o processo de desterritorialização foi potencializado a serviço de uma grande mudança social, acionando-se um mecanismo de re-construção de um novo paradigma de construção das identidades nacionais.

A base teórica que serviu de ponto de partida foi Benedict Anderson, associando com o conceito de nação de Erick Hobsbawm. Ao longo da reflexão foi se fazendo necessário agregar outros conceitos para além das ciências sociais, mas oriundos também da geografia.

É evidente, conforme mostrou as pesquisas apresentadas neste trabalho, a inserção dos jovens brasileiros nas redes sociais veiculadas na internet. Isso, conseqüentemente, impacta na forma como estes jovens concebem o mundo.

Assim, conceitos clássicos das ciências sociais terão de ser relidos à luz desses novos fenômenos. Conceitos como identidade nacional, nação e territorialidade se mesclam no bojo dessas interações sociais no meio virtual. O conceito de nação atrelado a pertença ao povo, doravante atrelado a um sentimento de nacionalidade, fortalecido, na visão do Anderson, pelos jornais fica titubeante frente a uma juventude imersa numa suposta crise do jornal impresso.

Em um texto clássico nos estudos de juventude, os jovens são tomados como sintoma da cultura. Isso nos alerta a olhar e entender as manifestações juvenis que ali estão contidas dinâmicas próprias da sociedade contemporânea.

Jovens que não são “problemas” nem “solução”, que vivem seu cotidiano e procuram um espaço, um tempo, uma forma, uma linguagem para expressar seus desejos, suas dores e alegrias, suas demandas e sentimentos, suas diferenças e diversidades, buscando ser ouvidos, ou, simplesmente, ser visíveis. Que vivem e convivem com crianças, adultos, idosos e constroem com eles os sentidos de suas narrativas e trajetórias de vida. Que procuram espaços e tempos de autonomia, afirmação, resistência, entre as políticas e os programas de controle e de “gestão da pobreza”, e a violência cotidiana com a qual convivem. Espaços e tempos da pluralidade de sujeitos, experiências e trajetórias de vida. Pluralidade que é, para Hannah Arendt, condição indispensável do agir político.